

DON'T BELIEVE EVERYTHING YOU READ ON THE INTERNET

FAKE

NEWS

AS

E A NOVA ORDEM

(DES)INFORMATIVA

NA ERA DA

PÓS-VERDADE

MANIPULAÇÃO

POLARIZAÇÃO

FILTER BUBLES

JOÃO FIGUEIRA

SÍLVIO SANTOS

ORG.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SANDRA MARINHO

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

<http://orcid.org/0000-0003-2013-229X>

**AS FAKE NEWS DOS JORNALISTAS:
A FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
COMO ESTRATÉGIA DE VERIFICAÇÃO**

**JOURNALISTS FAKE NEWS: TRAINING IN SOCIAL
AND HUMAN SCIENCES AS VERIFICATION STRATEGY**

RESUMO: Num cenário de crescimento exponencial da informação disponível, particularmente *online* e especificamente nos *media* sociais, ganha relevo a necessidade de aferir a sua veracidade. Se esta é uma tarefa crucial para os cidadãos, é-o ainda mais para os jornalistas, que cada vez mais usam os *media* sociais como fontes de informação e se veem, eles próprios, a braços com a nova tarefa de denunciar notícias falsas publicadas por outros meios (jornalísticos ou não). Neste ambiente em acelerada mudança, defendemos que, sem descuidar os mecanismos de verificação, mais ou menos automatizados, que vão surgindo e aos quais os jornalistas podem recorrer, ganha relevância o conhecimento prévio dos profissionais, nomeadamente nos campos das Ciências Sociais e Humanas. Um contexto privilegiado para adquirir este tipo de saber é o da formação em Jornalismo que é oferecida pelos cursos superiores da área, pelo que estes conteúdos deverão estar presentes nos planos de estudo e nas estratégias de ensino.

Palavras-chave: Notícias Falsas; Jornalistas; Verificação; Formação em Jornalismo

ABSTRACT: In a scenario of exponential growth of the information available, particularly online and specifically in social media, we highlight the need to be able to gauge its truth. If this is a crucial task for citizens, it is even more so for journalists, who increasingly use social media as sources of information and find themselves struggling with the new task of reporting false news published by other means (journalistic means or otherwise). In this rapidly changing environment, we argue that, without neglecting the more or less automated verification mechanisms that emerge and which journalists can use, the prior knowledge of professionals, especially in the fields of Social and Human Sciences, becomes relevant. A privileged context to acquire this type of knowledge is the training in journalism that is offered by the higher education programmes in the area, so these contents should be present in study plans and teaching strategies.

Keywords: Fake News; Journalists; Verification; Journalism Education

Introdução

Em setembro de 2018, o *Washington Post* publicou um artigo de opinião de Ronald J. Daniels¹, presidente da Johns Hopkins University, intitulado “Please, students, take that ‘impractical’ humanities course. We will all benefit.” Como sugere o título, defende-se ao longo do texto a importância das disciplinas de Humanidades para a formação de um estudante universitário. De qualquer área. Anota-se ainda uma tendência comum a Portugal, como discutiremos adiante: o decréscimo da oferta de disciplinas de Ciências Sociais e Humanidades nos cursos das instituições de ensino superior. Para o autor do texto, esta conjuntura não favorece aquilo que sempre foi o desígnio da universidade:

O papel central do ensino superior era o de convidar os estudantes para as conversas milenares sobre assuntos, incluindo o que significa estar vivo, a definição de justiça e a tensão entre tirania e democracia. Promover o envolvimento com estas questões ainda é uma parte essencial da função da universidade na sociedade².

E, na sua perspectiva, são opções curriculares que, ao contrário do que possa parecer, estão em linha com as necessidades do mercado:

É verdade que muitos empregadores estão à procura de graduados com competências técnicas especializadas, mas também procuram outras capacidades. À medida que o mundo vai sendo transformado pela inteligência artificial, pela aprendizagem automática e pela automação, as qualidades exclusivamente humanas de criatividade, imaginação, discernimento e raciocínio moral serão a derradeira moeda

¹ Daniels, R. J. (2018, 14 de setembro). Please, students, take that ‘impractical’ humanities course. We will all benefit. *The Washington Post*. Consultado em https://www.washingtonpost.com/opinions/please-students-take-that-impractical-humanities-course-we-will-all-benefit/2018/09/14/f50b4f3e-b761-11e8-a2c5-3187f427e253_story.html?utm_term=.18ba8e5f1110

² Todas as citações de obras estrangeiras neste texto foram traduzidas pela autora. Daniels, R. J. (2018, 14 de setembro). Please, students, take that ‘impractical’ humanities course. We will all benefit. *The Washington Post*. Consultado em https://www.washingtonpost.com/opinions/please-students-take-that-impractical-humanities-course-we-will-all-benefit/2018/09/14/f50b4f3e-b761-11e8-a2c5-3187f427e253_story.html?utm_term=.18ba8e5f1110

de troca. Todas estas competências, bem como a capacidade de comunicar de forma clara e persuasiva, são aperfeiçoadas nas disciplinas de Humanidades.

Acrescenta ainda as competências que uma formação que contemple estas áreas traz a um estudante:

desde Sócrates, os pensadores enaltecem o papel vital que uma formação em Humanidades desempenha ao incentivar os cidadãos a levar uma vida examinada. Ela cultiva o pensamento crítico, a autorreflexão, a empatia e a tolerância, cuja utilidade só se torna mais aparente à medida que se navega pelos desafios da vida.

E, finalmente, sem mencionar o conceito de *fake news*, ilustra a importância que o conhecimento em Humanidades pode ter na hora de “consumir” informação:

Quando estudantes e graduados inevitavelmente enfrentam momentos de tomada de decisão ética, de separar factos da ficção nos *media* sociais e de reconciliar as suas aspirações individuais com as obrigações para com suas comunidades, poderiam ser auxiliados pelos hábitos de discernimento e deliberação que distinguem a tradição humanista há séculos.

Na mesma linha, David Cannadine, president da British Academy, defendia num artigo de opinião no *The Guardian*³ que

os desafios que enfrentamos hoje são tanto humanos e sociais quanto técnicos e científicos. Precisamos de contributos da psicologia, do direito, da sociologia e da história para abordar algumas das grandes incertezas do nosso tempo. Essas áreas do conhecimento fornecem uma compreensão profunda acerca das consequências da mudança para a humanidade e definem nosso mundo em contexto.

³ Cannadine, D. (2017, 22 de dezembro). Rushing students through university and fixating on science is not the way forward. *The Guardian*. Consultado em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/dec/22/rushing-students-university-fixating-science-humanities>

Partilhamos esta visão, mas levamos esta argumentação mais longe, para o propósito deste texto: se os conteúdos das Humanidades e Ciências Sociais são essenciais para a formação de um qualquer estudante universitário, mais imprescindíveis são, por maioria de razão, para a formação de um estudante de jornalismo (ou um futuro jornalista). Se é verdade que os mecanismos de verificação da informação são essenciais aos cidadãos – ao permitirem-lhes identificar *fake news* -, mais relevantes são para um jornalista, que, como requisito para o exercício da sua profissão, tem de aferir a veracidade de informação por vezes dispersa e parcelar, a uma velocidade cada vez maior e de um conjunto de dados muito volumoso e crescente, por força das mudanças trazidas pelo digital e pelos *media* sociais.

E é aqui que colocamos o ponto da argumentação que procuramos sustentar ao longo deste capítulo: para lá dos dispositivos, cada vez mais tecnologicamente sofisticados, de deteção de informação falsa, a primeira linha de verificação para um jornalista é aquilo que ele já sabe. É o conhecimento prévio sobre história, arte, economia, filosofia, estatística, geografia ou sociologia que o faz suspeitar da veracidade de um dado, de uma afirmação. É um sistema prévio e intrínseco de *fact checking*, que aciona um alerta que, por sua vez, há-de levar a um maior cuidado e ao desencadear de um processo de confirmação. E se este processo sempre foi essencial para a produção de jornalismo de qualidade (a verificação é uma rotina), torna-se cada vez mais decisivo num contexto em que os *media* sociais são, cada vez mais, relevantes para os órgãos de comunicação, como meio de disseminação de notícias, mas também como fonte de informação. Tal como os cidadãos, os jornalistas recorrem aos *media* sociais para se informarem, num cenário de propagação veloz e de necessidade de publicação também cada vez mais rápida. Estas não são questões novas – temos vindo a discuti-las há anos, como resultado do jornalismo digital e da internet – mas agudizam-se neste novo ecossistema.

Se é verdade que este tipo de conhecimento (sobre história, arte, economia, filosofia, estatística, geografia ou sociologia) pode ser adquirido ao longo da vida, de maneira informal, por um jornalista, quase em jeito de “cultura geral”, não é menos verdade que obtê-lo de forma sistematizada, através da formação no ensino superior, traz grandes vantagens e reduz a probabilidade de haver quem exerça a profissão sem ter contactado com estes saberes. Defendemos,

por isso, que, sem prejuízo das competências técnicas que devem ser ensinadas aos estudantes de jornalismo, importa que os planos de estudos integrem, tanto quanto possível, disciplinas de Ciências Sociais e Humanidades. No caso português, como discutiremos adiante, a adequação dos cursos à Declaração de Bolonha e as subsequentes reestruturações com vista a dar espaço às competências necessárias para trabalhar no ambiente digital e multimédia, têm levado a um decréscimo do peso das Ciências Sociais e Humanas nos *curricula*. Não se trata aqui de colocar em causa os processos de reestruturação que foram levados a cabo, mas sim alertar para o facto de, na nossa opinião, termos chegado a um ponto a partir do qual o peso das Ciências Sociais e das Humanidades não poderá continuar a decrescer e é vantajoso pensar, paralelamente, em estratégias de ensino para incorporar estas temáticas no ensino por outras vias que não necessariamente a da introdução de unidades curriculares nos planos de estudo dos cursos.

Os mecanismos de deteção de *fake news* como primeira linha de combate à desinformação

Como habitualmente acontece com os conceitos teóricos à medida que vão sendo apropriados, também o conceito de *fake news* (ou *false news*) tem sido por vezes alargado para abarcar toda a informação não verdadeira produzida quer por organizações, quer por indivíduos. Nesse contexto, “as *fake news* sobrepõem-se a outros distúrbios informativos, como a *misinformation* (informação falsa ou enganadora) e a *disinformation* (informação falsa que é propositadamente difundida para enganar as pessoas)” (Lazer et al., 2018, p. 1094). Não é tão abrangente a definição que adotamos para enquadrar a argumentação aqui desenvolvida, mas recorreremos antes a uma definição mais restrita e conservadora:

informação fabricada que imita o conteúdo dos media noticiosos em forma, mas não a sua intenção ou o seu processo organizacional. Os meios de *fake news* (...) não cumprem as normas editoriais dos media noticiosos ou os seus processos para assegurar a precisão e credibilidade da informação (Lazer et al., 2018, p. 1094).

Referimo-nos, por isso, a informação que se assemelha ao formato de notícia.

A literatura – quer sob a forma de artigos científicos e atas de conferências, quer sob a forma de relatórios ou até artigos publicados nos *media* – sobre este tema tem-se centrado em discutir os processos de disseminação (Vosoughi, Roy & Aral, 2018; Jang et al., 2018; Fletcher et al., 2018; Shin et al., 2018), os efeitos das *fake news* e as variáveis moderadoras destes efeitos (Allcott & Gentzkow, 2017; Vargo, Guo & Amazzen, 2018; Balmas, 2014; Brewer, Young & Morreale, 2013; De Keersmaecker & Roets, 2017; Jang & Kim, 2018) e ainda as formas de as identificar e combater (Lazer et al., 2017; Lazer et al., 2018; Verstraete, Bambauer & Bambauer, 2017; Haigh, Haigh & Kozak, 2018).

Ainda que a temática deste texto se centre essencialmente no último tópico (e num aspeto particular deste assunto, que se refere especificamente ao trabalho dos jornalistas), importa enquadrá-la a partir de alguns aspetos dos processos de difusão e dos seus efeitos. De facto, não sendo as *fake news* um fenómeno recente (Allcott & Gentzkow, 2017; Lazer et al., 2018), a verdade é que os *media* sociais (ou redes sociais, como são habitualmente referidas em Portugal) potenciaram a sua disseminação e os seus efeitos, não só pela liquidez e velocidade com que é partilhada a informação, mas também pela ausência de contraditório, suportada pelo fenómeno da *filter bubble* (Pariser, 2011):

as redes sociais homogéneas, por seu lado, reduzem a tolerância em relação a perspetivas alternativas, amplificam a polarização de atitudes e impulsionam a probabilidade de se aceitar notícias ideologicamente compatíveis e aumentam o fechamento em relação a informação nova. A antipatia pelo ‘outro lado’ (polarização afetiva) tem também aumentado. Estas tendências criaram um contexto em que as *fake news* conseguem atrair uma audiência de massas (Lazer et al., 2018, p. 1095).

Os efeitos destes fenómenos têm sido estudados, por exemplo, ao nível de resultados eleitorais (Allcott & Gentzkow, 2017), mas também no caso particular dos meios satíricos (em que não existe o objetivo de fazer passar notícias como verdadeiras, ainda que possam ser, e sejam por vezes, interpretadas como tal) e no seu impacto nas atitudes de confiança na política e nos *media*

tradicionais (Balmas, 2014; Brewer, Young & Morreale, 2013; Allcott & Gentzkow, 2017). Aponta-se também que demasiado enfoque nas *fake news* (por exemplo, através do alerta e da promoção da verificação) pode ter o efeito indesejado de reduzir a credibilidade dos meios de informação jornalística verdadeiros (Lazer et al., 2018).

Apesar de reconhecerem a viralidade das *fake news* (e das “notícias legítimas”) nos *media* sociais, bem como o seu impacto, a generalidade dos autores são cautelosos no que toca ao alcance dos seus efeitos a médio e longo prazo – já que saber quantos indivíduos encontraram ou partilharam uma notícia falsa não é o mesmo que saber quantos a leram efetivamente ou foram afetados por ela – e chamam a atenção para a necessidade de mais investigação que suporte estas associações (Lazer et al., 2018; Vargo, Guo & Amazzen, 2018; Allcott & Gentzkow, 2017).

Lazer et al. (2018) identificam dois tipos de medidas que poderão ser eficazes na contenção da difusão e influência de notícias falsas: as que procuram dotar os indivíduos de competências para detetar *fake news*, quando se deparam com elas; e as que pretendem evitar, logo à partida, a exposição dos cidadãos a notícias falsas. As primeiras – dedicadas à deteção/identificação – são associadas à intervenção humana, enquanto que as segundas “recorrem a algoritmos para combater algoritmos” (Figueira & Oliveira, 2017, p. 820).

O primeiro tipo de iniciativas propostas por Lazer et al. (2018) enquadra-se na prática habitualmente designada por *fact checking* (verificação). Estas atividades podem assumir diferentes formatos, desde *websites* e agências dedicadas a avaliar notícias, a iniciativas dos próprios órgãos de informação, como o *CrossCheck*⁴, o *Décodex (Le Monde)*⁵ o *Fact Checker*⁶ ou o *Reality Check (BBC)*⁷ (para citar apenas algumas iniciativas). A estas podemos acrescentar o recente projeto de *fact cheking* português, o *Polígrafo*⁸ (apesar de se apresentar como um jornal, não o consideramos aqui como tal, visto que

⁴ Consultado em <https://firstdraftnews.org/project/crosscheck/>

⁵ Consultado em <https://www.lemonde.fr/verification/>

⁶ Consultado em https://www.washingtonpost.com/news/fact-checker/?utm_term=.997e95cb4608

⁷ Consultado em <https://www.bbc.com/news/topics/cp7r8vgl2rgt/reality-check>

⁸ Consultado em <https://poligrafo.sapo.pt/>

sendo certo que a verificação é uma rotina central para se fazer jornalismo não é suficiente). Estas são iniciativas de órgãos de comunicação jornalísticos, mas são recursos que estão disponíveis tanto para os cidadãos como também para outros jornalistas. Mas qualquer uma destas práticas assenta num pressuposto: o de que, por algum motivo, houve razão para duvidar da credibilidade de uma informação e, por isso, decidiu-se verificar. E é aqui que reside uma das dificuldades destas rotinas, tendo em conta a já referida tendência para aceitarmos acriticamente informação, a não ser que viole as nossas ideias pré-concebidas, entre outras tendências já aferidas pela literatura (Lazer et al., 2018). A esta dificuldade podemos acrescentar outras, de carácter mais operativo: a impossibilidade de se verificar a quantidade de informação que é, a todo o momento, publicada e os critérios para decidir para onde olhar ou ainda os níveis de verificação que é preciso acionar (pode ser mais tentador ficar pelos pormenores mais facilmente observáveis e mais fáceis de aferir, deixando passar aspetos mais problemáticos).

Outra abordagem cada vez mais adotada ao nível da deteção defende a vantagem em incrementar a capacidade individual de avaliar a qualidade da informação através da educação (Lazer et al., 2018), mais especificamente através da criação de competências de literacia mediática (Mihailidis & Viotty, 2017; Jang & Kim, 2018). O *Digital News Report* de 2018 aponta para os efeitos da literacia:

aqueles com níveis mais altos de alfabetização de notícias tendem a preferir os jornais à TV e usam os media sociais para consumir notícias de forma muito diferente da população em geral. Também são mais cautelosos com as intervenções dos governos para lidar com a desinformação (Newman, Fletcher, Kalogeropoulos, Levy, & Nielsen, 2018, p. 10).

Aqui já se trata de medidas habitualmente mais dirigidas ao público em geral e menos especificamente aos jornalistas, ainda que a temática da literacia para os *media* integre os planos de estudo de algumas das licenciaturas de Comunicação e Jornalismo em Portugal (Pereira, Marinho, Portela & Pinto, 2018), o que reforça esta nossa perspetiva de que a formação pode e deve ser uma via para evitar que os jornalistas sejam vulneráveis a informação falsa.

Num relatório produzido para o Conselho da Europa acerca da “desordem informacional” (*information disorder*), Wardle & Derakhshan (2017), depois de um rigoroso diagnóstico da situação e levando em conta os diversos atores deste cenário, enumeram um conjunto de recomendações e medidas a implementar pelos diversos agentes, de entre as quais destacamos duas. Uma aponta no sentido da urgência em “educar o público acerca da ameaça da *information disorder*”:

“há a necessidade de educar as pessoas acerca das técnicas de persuasão que são usadas por aqueles que espalham informação falsa [*mal-information*], bem como a necessidade de educar as pessoas sobre os riscos da *information disorder* para a sociedade, por exemplo, o facto de semear desconfiança em fontes oficiais e dividir partidos políticos, religiões, etnias e classes.” (2017: 84).

A outra destaca o papel distinto e específico dos jornalistas, ao apontar no sentido da formação em jornalismo e atualização dos *currícula*: “Garantir que as escolas de jornalismo ensinam técnicas de monitorização e verificação forense para encontrar e autenticar conteúdo que circula nos media sociais, bem como boas práticas para denunciar informação falsa” (2017: 84).

Ao nível do segundo tipo de medidas propostas por Lazer et al. (2018) – as que procuram evitar a exposição – tem ganho cada vez mais relevo o debate em torno dos mecanismos automáticos de deteção. A ideia central que aqui prevalece é a de que, sendo certo que as plataformas da internet (Google, Facebook ou Twitter, por exemplo) foram as grandes facilitadoras da criação e difusão de notícias falsas – ao facilitarem a criação de *websites* e a publicação e monetização de conteúdos através da publicidade (Allcott & Gentzkow, 2017) – e perante o crescimento de utilizadores que essas plataformas vão registando, a par do declínio da confiança dos cidadãos nos *media* tradicionais (Allcott & Gentzkow, 2017), estas plataformas poderão (e deverão) ter também um papel na redução da disseminação e impacto de *fake news* (Lazer et al., 2018).

De acordo com esta linha de pensamento, sendo estas plataformas, cada vez mais, mediadoras da relação das pessoas com as notícias (os dados têm

apontado para um consumo crescente de notícias a partir dos *media* sociais⁹) e com outras pessoas, deveriam privilegiar, no algoritmo que traduz o modelo que define a visibilidade da informação e o nosso contacto com ela, a qualidade da informação. Isto dificultaria a criação de *filter bubbles* e a atividade de *bots*. Lazer et al. (2018) reconhecem iniciativas de plataformas como o Facebook e o Twitter, mas apontam os problemas que encerram: “as plataformas não forneceram informação suficientemente detalhada que permita a avaliação da comunidade científica nem sujeitaram os seus resultados à revisão de pares, tornando-os problemáticos para serem usados por *policy-makers* ou pelo público em geral” (Lazer et al., 2018, p. 1096).

Ainda que a investigação em torno do *fact checking* e dos mecanismos automáticos de deteção esteja a receber atenção relevante e pareça ser um campo em crescimento (Figueira & Oliveira, 2017; Jang et al., 2018; Tacchini et al., 2017; Wang, 2017; Riedel et al., 2017; Shu et al., 2017; Conroy, Rubin & Chen, 2015; Shao et al., 2017), a verdade é que existem constrangimentos de diferente ordem quando procuram implementar-se: dificuldades técnicas e pragmáticas (Vargo, Guo & Amazeen, 2018), a pouca sofisticação dos métodos utilizados (Figueira & Oliveira, 2017) ou ainda questões de ordem mais epistemológica, já que “identificar *sites* e notícias falsas também levanta questões importantes acerca de quem passa a ser o árbitro da verdade” (Allcott & Gentzkow, 2017: 233), sem esquecer os problemas que seriam suscitados por um processo de regulação estatal por via de legislação (Lazer et al., 2018; Verstraete, Bambauer & Bambauer, 2017). Estas medidas, de base algorítmica,

⁹ Apesar de esta tendência ter sido evidenciada pelos dados do *Digital News Report* ao longo dos últimos anos, o último relatório (Newman, Fletcher, Kalogeropoulos, Levy, & Nielsen, 2018, p. 9) aponta para uma ligeira alteração, que ainda não pode ser afirmada como tendência: “the use of social media for news has started to fall in a number of key markets after years of continuous growth. Usage is down six percentage points in the United States, and is also down in the UK and France. Almost all of this is due to a specific decline in the discovery, posting, and sharing of news in Facebook.” No caso português, e de acordo com dados no mesmo relatório, o decréscimo é de apenas 1%, mas já se deteta um efeito de desconfiança nos *media* sociais: “Trust in news in Portugal has been consistently high. But this year’s report puts the country in equal first place with 62% of the sample claiming they trust news in general. While this is consistent with previous studies, this year’s data point to a more nuanced situation – 48% claim they trust news found through search engines but only 29% say they trust news on social media. Portuguese news consumers show high levels of concern about issues such as manipulation, ‘fake news’, and poor journalism” (Newman, Fletcher, Kalogeropoulos, Levy, & Nielsen, 2018, p. 96).

colocam-se mais do lado das plataformas e, funcionando, fariam com que uma boa parte da informação falsa não chegasse sequer a circular nos *media* sociais (ou fosse rapidamente eliminada). Num cenário com estes contornos, ficaria menos a cargo dos jornalistas e do público. O mais recente *Digital News Report* aponta alguns progressos nesta matéria, ainda que com reservas:

Enquanto isso, as noções de confiança e qualidade estão a ser incorporadas nos algoritmos de algumas plataformas, à medida que respondem às exigências políticas e dos consumidores para consertar a confiabilidade da informação que circula nos seus sistemas. E, no entanto, essas mudanças são frágeis, distribuídas de forma desigual e surgem depois de muitos anos de perturbação digital, que minou a confiança tanto dos editores como dos consumidores (2018: 10).

Não se pretendeu nesta secção fazer uma revisão exaustiva do estado da arte relativamente aos efeitos e mecanismos de deteção de *fake news*, o que implicaria outra abrangência. Buscou-se apenas ressaltar os aspetos mais relevantes para enquadrar o assunto central do texto, que se prende com as dificuldades e estratégias enfrentadas pelos jornalistas, no contexto de um panorama global de “combate” às notícias falsas. Apontaram-se as diferentes estratégias propostas, em termos gerais, pela literatura, mostrando como umas, de cariz mais tecnológico e baseadas em algoritmos, poderiam evitar a exposição do público e dos jornalistas a informação falsa e outras, que já implicam a ação humana (e algumas delas da iniciativa de jornalistas), procuram criar ferramentas para tanto cidadãos como jornalistas serem capazes de identificar notícias falsas, escapando assim à sua influência (no cenário mais otimista).

Para o argumento que queremos aqui desenvolver interessa-nos destacar o papel dos jornalistas daquele que é o dos cidadãos em geral, na sua relação com a informação (falsa), pela responsabilidade social que o seu trabalho acarreta:

(...) o jornalismo é o ofício democrático por excelência. Argumentamos que ele nasce exclusivamente num sistema de direitos que permite a liberdade de expressão, e, mais ainda, argumentamos que opera numa cultura de cidadania em que a

verdade dos factos verificáveis é um bem essencial. Tomamos a perspectiva de que os jornalistas têm um contrato social com os seus concidadãos para colocarem à vista um mundo real (...). Acreditamos que quanto mais rico for o retrato, mais ricas serão as possibilidades da vida em democracia (Adam & Clark, 2006: xi).

Este posicionamento coloca-nos no centro da perspectiva normativa sobre o papel do jornalismo e dos jornalistas, que é de resto a que temos adotado em outras reflexões (Marinho, 2105). Integram-se nesta visão autores como Carey (1996), para quem “as práticas do jornalismo não são auto-justificativas; pelo contrário, justificam-se pelas consequências sociais que engendram, nomeadamente a constituição de uma ordem social democrática”, ou Adam, ao defender que

as sociedades democráticas preocupam-se operacionalmente em constituir instâncias de autoridade e em fornecer aos cidadãos os meios para vigiar e avaliar o exercício dessa autoridade. Os jornalistas, entre outros, fornecem a informação e o conhecimento a partir do qual se forma a consciência do Estado e dos seus agentes. De forma mais geral, os jornalistas estão intensamente envolvidos na formação da consciência social, em nome do público (2001: 316).

A relação dos jornalistas com as *fake news* no cenário de uma profissão desafiada

O aspeto central da nossa argumentação repousa no pressuposto de que, sendo certo que as competências de verificação que permitem a identificação de notícias falsas são cruciais para qualquer cidadão, são especialmente relevantes para os jornalistas (pela responsabilidade social da profissão que desempenham), que, cada vez mais, usam a informação que circula *online* e nos *media* sociais como fonte para o seu trabalho (Schiffere et al., 2014), colocando-se assim em situação de poderem, eles próprios, contribuir para a difusão de informação falsa, caso não acionem os necessários mecanismos de verificação e no devido tempo (que é cada vez mais curto).

A literatura tem tratado o uso dos *media* sociais pelos jornalistas a partir de diversas vertentes, de entre as quais destacamos duas. Uma perspectiva

mais centrada nos usos do ponto de vista da publicação/interação, como a de Álvarez et al. (2012), que olham para a forma como os jornalistas recorrem aos *media* sociais para difundir informação (já existente), criarem a sua “marca pessoal” e interajam com a audiência; o modo como estes usos tornam “difusa” a fronteira entre o “pessoal” e o “profissional”, com eventuais custos para valores como o “distanciamento profissional” e a “neutralidade” (Rogstad, 2014); ou ainda a forma como a interação e *feedback* podem suscitar percepções positivas (a título “pessoal”), mas também negativas (o nível do “profissionalismo”) no público (Lee, 2015).

Uma outra perspetiva centra-se no uso dos *media* sociais por parte dos jornalistas enquanto fontes de informação, como é o caso da investigação de Broersma & Graham, no contexto de dois momentos eleitorais:

os *tweets* desencadeiam notícias e estão a ser usados para adicionar sabor a histórias de fundo ou análises de campanha. O Twitter oferece aos jornalistas uma colheita de declarações rica, rápida e de fácil acesso, que não estaria disponível nesta quantidade e variedade sem os *media* sociais. Eles usam *tweets* de eleitores para indicar o sentimento público sobre os políticos e seu desempenho, e usam publicações de políticos para ilustrar as suas opiniões e ações, especialmente quando estes não estão (facilmente) disponíveis para comentários ou publicam mensagens inapropriadas” (2012, p. 417).

Ainda que os resultados de Broersma & Graham (2012) sejam circunscritos à realidade que foi investigada (e revelem aspetos mais e menos positivos), remetem-nos para uma posição que importa esclarecer desde já: sendo certo que o uso dos *media* sociais como fonte pelos jornalistas é uma prática que se presta a ser questionada e, eventualmente até, criticada (dependendo da forma como ocorre), não é esse o objetivo deste texto. Não nos interessa enveredar aqui por um debate normativo em torno da forma como os jornalistas “podem” ou “devem” usar os *media* sociais como fonte (o que não significa que não o consideremos um debate válido e importante) ou sobre os valores do jornalismo, até porque já o desenvolvemos noutros contextos (Marinho, 2012; Marinho, 2015).

O nosso argumento parte da compreensão de uma prática que existe, está identificada, é genericamente aceite (quando ocorre como ponto de partida para um trabalho mais vasto, no quadro de um *mix* de fontes e cumprindo-se a tarefa de verificação da informação), está difundida entre os profissionais e ocorre num ambiente cada vez mais propício ao erro, para apontar a formação (uma estratégia entre outras) como uma forma de minorar essa probabilidade de erro. Trata-se menos de uma discussão em torno do “dever ser” e mais centrada no que “é”, no pressuposto de que o caminho passará por tornar esta rotina cada vez mais segura. Não circunscrevemos, por isso, esta prática dos jornalistas a um uso acrítico, mas reconhecemos-lhe antes o potencial de, se bem usada, resultar em jornalismo de qualidade, no quadro daquilo que Gomis designa como a função de “intérprete” do jornalista e a capacidade do jornalismo para gerar debate: “são os meios que mantêm a existência de uma constelação de factos que não se desvanecem quando são difundidos, mas antes impressionam a audiência, dão que pensar, suscitam comentários e continuam presentes na conversação” (Gomis, 1991, p. 18). Neste quadro,

a interpretação da realidade como um conglomerado de notícias responde a uma expectativa do público e a necessidades técnicas (...). Cabe, por isso, à atividade profissional chamada Jornalismo dar uma versão concentrada, dramatizada e sugestiva da realidade social actual, que escolha o mais interessante entre tudo o que é conhecido, por ter ocorrido (Gomis, 1991: 18, 19).

Num cenário em que uma parte significativa da “conversação” ocorre nos *media* sociais e é feita a propósito dos *media* sociais, parece-nos muito adequado que um jornalista conheça este ambiente e o use, no sentido de tomar como ponto de partida para o seu trabalho assuntos dessa “conversação”.

Destacamos ainda uma outra dimensão deste problema, que é o facto de os profissionais se verem agora com uma outra função, a de terem, eles próprios, de “combater” notícias falsas (sendo eles próprios agentes para a literacia mediática)¹⁰, algo que, para Vargo, Guo & Amazeen (2018), os jor-

¹⁰ Isto pode ocorrer, que pelo alerta em relação às notícias falsas em geral, quer pela “desmontagem” de casos particulares. Vejamos alguns exemplos de órgãos de comunicação portugueses consultados em:

nalistas não têm grande capacidade de fazer de forma pró-ativa: para além dos recursos (em tempo e atenção) que esta tarefa exige – a redações muitas vezes já no limite, acrescentaríamos nós –, “ao responderem a *fake news*, os jornalistas pode[re]m estar a conceder aos *websites* de *fake news* a capacidade de introduzir tópicos, assuntos e até atributos na agenda pública” (Vargo, Guo & Amazeen, 2018, p. 2029)¹¹. Para além de evidenciarem estes desafios, Vargo, Guo & Amazeen recorrem ao conceito de “*agenda-setting* intermédia” para apontarem uma outra dificuldade com que têm de se deparar redações e jornalistas: “investigação recente tem revelado a possibilidade de as notícias falsas poderem também influenciar a cobertura jornalística de outros órgãos de informação” (2018, p. 2030).

Tudo isto ocorre num ambiente em que o papel do jornalismo e o exercício do jornalismo se veem cada vez mais desafiados, nomeadamente no que toca à “autonomia”, um pilar fundamental da sua ideologia profissional:

No mundo de hoje, de publicação aberta e omnipresente, aquela reivindicação [da autonomia dos jornalistas] enfrenta um novo desafio. A supervisão do profissionalismo passou a ser um desporto de equipa, e os jornalistas já não controlam quem pode jogar. Neste ambiente, um número virtualmente infinito de participantes funcionam simultaneamente como fontes, audiência e fornecedores de informação. E um número considerável dessas pessoas estão a desafiar o direito exclusivo dos jornalistas para julgarem determinado fragmento de informação como credível (Hayes, Singer & Ceppos, 2007, p. 274).

– https://www.publico.pt/2018/11/11/sociedade/perguntaserespostas/fake-news-infox-manipulacao-1850665?fbclid=IwAR0caLhQxVV_BniDBG2XpyvsrQ0Wm-Q61o52PMNqvxwJaR1vP4ijzLL3_BU

– https://sicnoticias.sapo.pt/programas/reportagemespecial/2018-11-10-A-realidade-das-noticias-falsas-na-luta-politica-em-Portugal-1?fbclid=IwAR0R9A88i_c9c4A6uDtDtkZtSWEnur5qvh8lmidIqptz2o4AuqFsOfogBA

– https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/o-jornalismo-tem-de-explicar-se-as-fake-news-nao-10131862.html?fbclid=IwAR06Y5-15M--yvesHMsVudwW_TRqA0oyZ6YTStWp_Jjw-skvMWq9N3gwT58

– <https://expresso.sapo.pt/sociedade/2018-10-21-Sites-portugueses-de-noticias-falsas--Sim-muitos.-Estao-sediados-no-Canada-mas-nasceram-em-Santo-Tirso#gs.L9OQuog>

¹¹ Este efeito de erosão é abordado neste artigo de Taylor Mulcahey: Mulcahey, T. (2018, 26 de outubro). As misinformation crisis deepens, ‘fake news’ becomes less accurate. *International Journalists’ Network*. Consultado em <https://ijnet.org/en/story/misinformation-crisis-deepens-fake-news-becomes-less-accurate>

Se esta afirmação fazia todo o sentido há dez anos, pensamos que será seguro dizer que estamos hoje perante um cenário em que é ainda mais pertinente.

Hayes, Singer & Ceppos (2007) alargam este raciocínio aos valores de “autenticidade” e “prestação de contas” (*accountability*). Defendem que, ainda que o seu objetivo geral se mantenha (o de fornecer informação credível para que os cidadãos se possam autogovernar numa democracia), são igualmente desafiados: “os papéis estão a mudar, à medida que muda o conteúdo. Para que os valores perdurem, os jornalistas têm de encontrar a melhor forma de adaptar a sua articulação ao novo ambiente mediático” (Hayes, Singer & Ceppos, 2007, p. 275)¹².

Ora, como fomos vendo, este processo de adaptação traz consigo novas preocupações, funções e rotinas, nomeadamente no que toca à verificação da informação. Uma forma que tem sido explorada reside, como vimos na secção anterior, no desenvolvimento de soluções tecnológicas (nomeadamente aplicações e *software*) que possam ser utilizadas pelos jornalistas para, de forma expedita, verificar a veracidade e precisão da informação nos *media* sociais. Estas competências podem ser adquiridas pelos jornalistas através da formação em serviço, seja ela formal (proporcionada pelas redações) ou informal (pela aprendizagem individual)¹³. Para além dos recursos já referidos, vão surgindo diversas ferramentas destinadas a facilitar a verificação de dados, imagens e vídeos, para além de “centros de recursos”, pensados para apoiar

¹² Consideramos que uma forma interessante de fazer esta articulação é, por exemplo, esta iniciativa do *New York Times*, através da qual o jornal explica aos leitores como faz o trabalho de verificação: Koettl, C. (2018, 4 de setembro). Satellite Images and shadow analysis: How The Times verifies eyewitness videos. *The New York Times*. Consultado em <https://www.nytimes.com/2018/09/04/reader-center/social-media-video-how-to-verify.html>.

Deixamos dois outros exemplos, um da *Der Spiegel* (consultado em https://twitter.com/derWinterbach/status/1046478115734720513?fbclid=IwAR3MkQ9oTJRuDhA6s3AErTlh9lTHJFSNGG1FJs7MbsOsPO9_OFZ_F2cuO8) e outro da *BBC News Africa* (consultado em <https://twitter.com/bbcafrica/status/1044186344153583616?lang=en>).

¹³ O Knight Center, entre outras instituições, oferece formação nesta área: ver <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-20307-fact-checking-e-jornalismo-de-dados-inscreva-se-agora-para-nosso-curso-online-gratis-e>

o trabalho dos profissionais, como por exemplo o First Draft News¹⁴ ou o Google News Initiative Training Center¹⁵.

Para Shapiro et al. (2013), o trabalho de verificação deverá ser encarado como um “ritual estratégico”, uma rotina que implicaria a confirmação da precisão de um conjunto de factos/fragmentos de informação presentes numa notícia, que vão desde os dados de identificação das fontes, a informação geográfica, a citações de fontes ou informações potencialmente difamatórias, entre vários outros aspetos. Na investigação que desenvolveram, entre outros resultados, os autores aferiram a existência de “discrepâncias ou divergências entre os ideais da profissão e prática auto-reportada” (Shapiro et al., 2013, p. 655) e a ideia de que o trabalho de verificação está intrincado com o processo de recolha de informação, num “processo circular”, e não são atividades separadas. Um outro resultado que consideramos particularmente valioso para o debate que aqui trazemos é o facto de os jornalistas entrevistados considerarem a experiência passada como uma fonte de informação para verificar factos. Um dos entrevistados chega mesmo a concretizar, evocando o seu conhecimento prévio em campos como “história, arquitetura e moda” (Shapiro et al., 2013, p. 668), que são afinal, acrescentamos, temas das áreas de Humanidades e Ciências Sociais.

Ora, é precisamente este o ponto da nossa argumentação. Sem negligenciar o papel e utilidade das ferramentas tecnológicas e aplicações que podem auxiliar um jornalista a verificar a autenticidade e precisão da informação que recolhe, nomeadamente nos *media* sociais, estas aplicações têm limitações que só poderão ser superadas com “intervenção humana”. Um jornalista pode deparar-se com uma coleção de factos verdadeiros, mas indevidamente associados e contextualizados (historicamente, culturalmente e socialmente). E esta dimensão de verificação dificilmente será cumprida “automaticamente”, sendo que a articulação de informações e a sua contextualização são variáveis essenciais ao jornalismo de qualidade.

Para além disto, a perspetiva – muito válida, na nossa opinião – apontada pelos jornalistas entrevistados por Shapiro et al. (2013) de que o trabalho de

¹⁴ Consultado em <https://firstdraftnews.org/>

¹⁵ Consultado em <https://newsinitiative.withgoogle.com/training/>

verificação vai ocorrendo em simultâneo com a recolha de informação reforça a ideia da relevância do “conhecimento prévio” que um profissional tem sobre um conjunto de temas, aquilo que ele já sabe: não só para avaliar a qualidade da informação que está a recolher, mas também, e muito importante, para conseguir perceber aquilo que falta, os dados que podem dar sentido e contexto à informação que já possui. É neste sentido que defendemos a enorme utilidade do conhecimento em Ciências Sociais e Humanas e a formação nesta área como forma de o obter.

A formação em Ciências Sociais e Humanas como estratégia de *fact checking*: o caso português

A perspetiva normativa da relação entre jornalismo e democracia que enquadra esta argumentação remete para a formação, um aspeto central desta discussão: “a maneira como os jornalistas são formados deveria interessar à sociedade em geral, que depende da qualidade do jornalismo que estes produzem para garantir a eficácia das suas instituições e a compreensão dos fenómenos em todas as esferas” (Burgh, 2003, p. 95). Acrescentamos que esta ideia ganha relevância à luz da relação dos jornalistas com os *media* sociais, no quadro em que aqui temos discutido o problema.

Tendo então como pressuposto o interesse de que se reveste a formação dos profissionais, relembramos que, ao longo deste texto, já a ela aludimos, nomeadamente ao apontar a formação em serviço (sobre ferramentas e práticas de verificação) como uma estratégia de combate às notícias falsas. Resulta daqui que introduzir estes temas nos *curricula* dos cursos de jornalismo/comunicação seria um percurso lógico e consensual. Tal como a existência de unidades curriculares (UC) destinadas a compreender o(s) mundo(s) da internet e dos *media* sociais. Mas não é esse o nosso enfoque: ainda que reconheçamos as mais-valias da formação direcionada para as práticas deliberadas de verificação, argumentamos que uma primeira linha de aferição reside no conhecimento sobre o mundo e sobre as instituições, que resulta das aprendizagens das Ciências Sociais e Humanas.

Não fazemos aqui a defesa da importância desta área – especificamente, através da introdução destes conteúdos nos planos de estudo dos cursos superiores em comunicação e jornalismo – sem reconhecer que este tipo de conhecimento pode ser (e é-o com toda a certeza) adquirido de maneira informal. É expectável que, como qualquer cidadão, um jornalista vá, ao longo da vida, acumulando informação sobre diversos temas, para além do conhecimento acumulado adquirido no exercício da profissão. Mas argumentamos que, adquirindo-o através do ensino formal, haverá uma maior garantia de que é efetivamente apreendido e sê-lo-á certamente de forma mais sistematizada, organizada e contextualizada.

Ingram & Cuklanz lamentam que um ensino da comunicação (na qual integramos o ensino de jornalismo, o modelo mais frequente em Portugal) mais focado em competências limite a presença das Humanidades, e argumentam a favor de uma tradição mais “intelectual” dos planos de estudo:

As Humanidades estão, por definição, sempre em estado de crise, porque o mundo está sempre em estado de crise, na medida em que os conflitos sociais estão enraizados nos impasses que surgem quando diferentes sistemas de pensamento e padrões de ação se encontram e lutam para alcançar a supremacia. Tais pontos exigem pessoas com a amplitude intelectual e profundidade, o carácter ético e a fluência comunicativa necessária para elaborar uma síntese. O estudo da Comunicação deve ser projetado para colocar os alunos na melhor posição possível de preparação relativamente a essas qualidades (2016, p. 106).

No contexto português, não apelamos a esta inversão – pelo menos no sentido em que os autores a colocam, o que implicaria um decréscimo das disciplinas mais vocacionadas para ensinar “competências” a favor das Humanidades -, mas defendemos que a presença das Ciências Sociais e Humanas nos planos de estudo é essencial. Reconhecemos que a construção, tão contextualizada quanto possível, de relatos jornalísticos sobre um mundo cada vez mais mutável, diverso e tecnológico implica a capacidade dos jornalistas (e dos estudantes de jornalismo) para reconhecer e integrar informação diversa, compreender o seu valor e relacioná-la com outros dados. Nesse sentido, os cursos de comunicação/jornalismo deverão desenvolver três eixos de compe-

tências de forma articulada: um domínio da tecnologia (que expande a possibilidade de verificar, procurar, produzir e difundir informação, nos termos em que, de resto, fomos aqui discutindo o domínio das ferramentas de verificação de notícias falsas); um outro no domínio dos conceitos, das técnicas e das rotinas específicas do jornalismo e da Comunicação; e um terceiro em torno das Ciências Sociais e Humanas, dedicado, entre outras dimensões, à capacidade de relacionar dados e acontecimentos e inscrevê-los nos contextos mais vastos em que se enquadram e que, em boa medida, os explicam ou permitem compreendê-los melhor. De outra forma, estaremos perante um cenário em que a formação coloca os futuros jornalistas numa posição em que terão de explicar os contextos sem os compreender.

Nesta linha de pensamento, torna-se relevante perceber, antes de mais, até que ponto a oferta do ensino superior integra efetivamente essas disciplinas. Em Portugal, a adequação dos cursos à Declaração de Bolonha e as subsequentes reestruturações introduziram nos planos de estudos conteúdos por vezes apelidados de mais técnicos ou práticos, necessários à produção de jornalismo multimédia e à adaptação às plataformas digitais, alterações que prosseguiram uma tendência que já se ia verificando em anos anteriores e que prosseguiu nos anos subsequentes. Tivemos a oportunidade de detalhar esses caminhos em outros trabalhos (Marinho, 2012; Marinho, 2015; García & Marinho, 2015; García & Marinho, 2016), pelo que nos limitaremos aqui a anotar a tendência que foi empiricamente apurada. Com efeito, a investigação de García & Marinho (2015) evidencia que, durante este processo, houve (tanto em Portugal como em Espanha) um incremento de disciplinas obrigatórias na área das tecnologias, tanto no que diz respeito a unidades curriculares tecnológicas mais genéricas, como relativamente às da área do jornalismo (jornalismo digital, jornalismo multimédia, ciberjornalismo). Paralelamente, as mesmas autoras (García & Marinho, 2016) verificam que este crescimento, bem como o incremento das disciplinas das áreas da comunicação e jornalismo, ocorreu à custa das Ciências Sociais e das Humanidades.

Como referimos, não se trata aqui de defender a reversão deste percurso. Na verdade, consideramos que foram alterações necessárias e dificilmente se poderia ter percorrido outro caminho, sem colocar em causa a aquisição de competências que são de facto necessárias para se trabalhar numa redação

nos dias de hoje. Para além disso, é sabido por quem já esteve envolvido em processos de reestruturação de cursos que se trata de um exercício difícil o de tentar encontrar espaço e tempo (num plano de estudos de três anos, no caso das licenciaturas) para congregar as visões de todos acerca do que deve ser a formação em jornalismo (estudantes, cidadãos, académicos, jornalistas e “patrões” dos *media*). Trata-se, pois, de um exercício de equilíbrios.

Nesta matéria, tem havido em Portugal uma tradição de desencontros, evidenciada por diversos autores (Fernandes, 2007; Marinho, 2012; Marinho 2015; Coelho, 2016).

Esta ideia de separação entre academia e mercado e a clivagem em torno da formação teórica ou prática já vem de trás (Marinho, 2012), bem como o reforço da necessidade de construir “pontes” (Pinto, 2004) ou promover uma “aliança estratégica” (Coelho, 2016), havendo mesmo a perceção de uma existência “de costas voltadas”, em particular no que concerne ao tema da formação em jornalismo pelo ensino superior (Fernandes, 2007). Importa, no entanto, contextualizar as perceções dos diferentes atores no momento em que são recolhidas.

Não pretendemos enfatizar em demasia o contexto de mudança, visto que essa condição é uma constante para o jornalismo. Para além de lidar com um mundo em constante transformação, o próprio jornalismo e a forma como é exercido foi sendo sempre alvo de mutações, nomeadamente tecnológicas. Mas a verdade é que o momento em que Fernandes (2007) e Coelho (2016) escreveram sobre as perceções dos jornalistas e editores acerca da formação foi um momento de adaptação profunda das redações, em consequência do processo de “digitalização” e do emergir do “jornalismo multimédia”¹⁶. Parece-nos, por isso, compreensível que fosse enfatizada a necessidade de uma formação mais voltada para essas competências, quer pelos jornalistas (com e sem responsabilidades editoriais), quer pelos estudantes (que, tradicionalmente, se manifestam a favor de um ensino mais laboratorial), quer até

¹⁶ Recordamos que o trabalho de Luciana Fernandes resulta de entrevistas conduzidas no âmbito da sua dissertação de mestrado (durante o ano de 2006) e que a obra de Pedro Coelho, apesar de publicada em 2016, decorre da sua tese de doutoramento (defendida em 2014), cujo trabalho de campo decorreu no ano letivo de 2009/2010.

pelos professores que, genuinamente, reconheciam a necessidade de dotar os estudantes de ferramentas para trabalhar naquele novo ambiente.

Não queremos com isto dizer que a desvalorização da formação pelas empresas (e, em concreto, pelos empregadores) que retrata (também a partir de estudos de diversos autores) Coelho (2016) se tenha alterado drasticamente até aos nossos dias. O que argumentamos é que, em consonância com o que defende Ronald J. Daniels, presidente da Johns Hopkins University (por onde começámos esta reflexão), acreditamos estarem hoje criadas condições para que se comece a valorizar mais as competências que decorrem da formação em Ciências Sociais e Humanas: houve efetivamente um processo de reestruturação generalizado que favoreceu a introdução de competências técnicas e o “saber fazer” (o que foi ao encontro das aspirações das redações e dos estudantes), pelo que, neste momento, estando reconhecidamente colmatada essa vertente, e face às exigências colocadas pela nova realidade da “desordem informativa” e das “notícias falsas”, estão criadas as condições para uma revalorização do “saber pensar”, também por parte dos empregadores e dos jornalistas (sendo certo que a academia nunca as desvalorizou).

O que queremos evidenciar é o que consideramos ser um limite – que já foi atingido – a partir do qual o prosseguimento desta tendência – de decréscimo das Ciências Sociais e Humanas – implicará consequências negativas para a formação dos estudantes e para a qualidade do jornalismo. E cabe à academia estabelecer esse limite. Estando assim atingido um ponto de equilíbrio, consideramos que é igualmente possível acionar outras estratégias que favoreçam a presença das Ciências Sociais e Humanas no ensino, para além da expectável iniciativa individual e extracurricular dos estudantes, sem diminuir a componente do jornalismo laboratorial (ou tecnológica). Em termos gerais, trata-se de tornar estas áreas transversais no plano de estudos (e não apenas pontuais). Uma lógica “pontual” a manter seria a da integração de UC de formação geral das Ciências Sociais e Humanas, mas também a de um aproveitamento das UC de “opção” para proporcionar uma oferta diversa nestas áreas (percebe-se por vezes a tendência de oferecer como opções também UC das áreas do jornalismo e da comunicação, reforçando mais estas dimensões).

Mas a estratégia mais relevante seria a de tornar as Ciências Sociais e Humanas transversais a todo o *curriculum* e ao processo de ensino-aprendi-

zagem. Em termos sucintos, teríamos desde já algumas propostas. Desde logo, garantir que as UC tecnológicas ou laboratoriais promovem (de forma clara, nos programas da UC) a reflexão sobre as práticas a partir das Ciências Sociais e Humanas. Por exemplo, aprender a editar com o Photoshop, Adobe Audition ou Adobe Premiere terá sempre de implicar um debate/reflexão em torno das questões éticas envolvidas nos processos de edição (discutindo inclusivamente más práticas de manipulação). Da mesma forma, aprender o que é uma entrevista e como se faz passaria sempre por compreender que, antes de mais, estamos perante um processo social de interação, com todas as implicações que daqui decorrem. Compreender que o jornalismo de dados requer conhecimentos de metodologia de investigação, em ordem a saber interpretá-los, explicá-los e contextualizá-los devidamente. No que toca ao funcionamento e avaliação das UC, seria importante que os trabalhos ou projetos (individuais ou de grupo) que os estudantes têm de realizar (sejam trabalhos jornalísticos, sejam trabalhos nas UC de jornalismo e comunicação) favorecessem temáticas com enfoque nos temas das Ciências Sociais e Humanas (a pobreza, a emigração, a educação, o ambiente, etc.), proporcionando aos estudantes o contacto com estas temáticas, mas um contacto enquadrado e teoricamente fundamentado, consultando documentação e ouvindo especialistas. Adicionalmente, teriam de entrar em contacto com instituições da sociedade civil, passando a conhecê-las e a saber como funcionam.

Num formato ainda transversal, mas já paralelo ao *curriculum*, teria de haver mais espaço para *workshops* e seminários que abordem estes temas, mas também para visitas de estudo. Tradicionalmente, quando pensamos em visitas de estudo para alunos de jornalismo pensamos em visitas a redações. E seriam de manter. Mas seria de incentivar visitas organizadas que coloquem os estudantes em contacto com as instituições que constituem a sociedade em que se inserem e sobre a qual terão de contar histórias (instituições culturais, judiciais, legislativas, de saúde: museus, cinemas, tribunais, hospitais e centros de saúde, a Assembleia da República, bibliotecas, prisões, centros de acolhimento, IPSS, estações de comboios, igrejas e cemitérios, etc.).

Ou seja, apela-se a uma lógica de transversalidade e interdisciplinaridade que permita aos estudantes compreenderem de forma orgânica o mundo sobre o qual vão ter de falar e escrever. Sabemos que este não será um cami-

nho fácil – o de instituir a formação em Ciências Sociais e Humanas como fundamental para um jornalista e promover as adaptações curriculares –, mas acreditamos que terá de ser trilhado.

Comentários finais

A importância das Ciências Sociais e Humanas para o trabalho dos jornalistas foi aqui introduzida como um fator que concorre para a qualidade do jornalismo e, conseqüentemente, da democracia. Especificamente, argumentou-se que o conhecimento nestas áreas funcionaria como uma primeira linha de verificação da informação, permitindo aferir com maior rapidez e precisão não só o que está errado, mas também – e não menos importante – o que está a mais e o que está menos, na informação que vai sendo recolhida pelos jornalistas (no processo rotineiro de produção jornalística) e nas notícias que são publicadas pelos diferentes órgãos de comunicação (com vista a identificar eventuais *fake news*).

Realçamos agora dois aspetos que consideramos transversais e orientadores na nossa argumentação. Por um lado, partimos do princípio de que qualquer reflexão ou investigação em torno do conceito de *fake news* tem sempre de ser enquadrada num contexto mais vasto, político, tecnológico e social:

O caminho para educar o público acerca do discurso da pós-verdade está cheio de pedras e armadilhas. Uma importante potencial armadilha é acreditar que uma melhor comunicação, ou mais e melhor informação, serão suficientes para avançar. Estamos convencidos de que isto, por si só, será insuficiente. A atual doença surgiu por razões políticas e para atingir objetivos políticos e económicos. (...) em última análise, a doença da pós-verdade será resolvida apenas quando houver motivação suficiente tanto entre políticos como entre o público para serem bem informados, quando houver incentivos políticos, sociais e profissionais para informar adequadamente e quando o (...) discernimento de que ‘todos têm direito à sua própria opinião, mas não aos seus próprios factos’ volte a ser consensualmente aceite... (Lewandowsky, Ecker & Cook, 2017, p. 365).

Por outro lado, a referência permanente aos valores do jornalismo e do ensino superior:

Está a ficar cada vez mais claro que, sob as várias pressões criadas pelas mudanças na tecnologia, economia e nas aspirações dos estudantes, as instituições de ensino superior acharão cada vez mais difícil manter valores que exijam que os alunos examinem suas próprias fraquezas, bem como as da sociedade e mundo em que vivem” (Ingram & Cuklanz, 2016, p. 106).

Isto implica que, sendo difícil, é imperativo que esses valores se mantenham no horizonte das escolas de jornalismo.

Dito isto, reforçamos a ideia de que os problemas que resultam da (e causam a) “desordem informativa” são mais vastos do que as *“fake news”* e do que a relação dos cidadãos e dos jornalistas com os *media* sociais. Esse é o recorte que fazemos, tendo em vista o objetivo deste texto. Igualmente, queremos enfatizar que o recurso por parte dos jornalistas aos *media* sociais, como fonte de informação, no contexto das “notícias falsas”, não é aqui discutido de forma isolada ou diferente do formato em que se discutiria o uso de fontes em geral: continuamos a considerar que se trata de um uso que implica uma combinação de fontes de informação (todas sujeitas a processos de verificação e contraditório), mas que, como fomos explicando, se reveste agora de condições que propiciam o erro.

Finalmente, entendemos que se desencadeou um processo em que as “notícias falsas” que hoje discutimos serão algo diferente (mais sofisticado e, por isso, mais perigoso) em pouco tempo, num processo de constante mutação do ambiente mediático digital. No momento de encerrar este texto, em novembro de 2018, lemos um artigo do The Guardian¹⁷ em que já se discute a generalização das *“deep fake”* (até agora de uso mais limitado) traduzidas na criação de um vídeo em que aparece a “réplica de uma pessoa, gerada por computador, (...) que diz e faz coisas que nunca fez ou disse”. Não nos

¹⁷ <https://www.theguardian.com/technology/2018/nov/12/deep-fakes-fake-news-truth?fbclid=IwAR2bhw36Wu712MstqopeqO2UpWcOLTzXwd0NdZ21K0lfrQeKa5IcOVcKAtg>

espantaremos se, na altura em que este texto seja publicado, já a discussão do momento seja outra.

Referências bibliográficas

- ADAM, G. S., & Clark, R. P. (2006). *Journalism: The democratic craft*. New York: Oxford University Press.
- ALLCOTT, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *National Bureau of Economic Research Working Paper Series, 23089*. <https://doi.org/10.3386/w23089>
- ÁLVAREZ, P. C., Andújar, C. B., Curiel, E., & Serrano, N. (2012). Journalism and social media: how Spanish journalists are using Twitter. *Estudios sobre el Mensaje Periódico, 18* (1), 31-53.
- BALMAS, M. (2014). When fake news becomes real: combined exposure to multiple news sources and political attitudes of inefficacy, alienation a cinicism. *Communication Research, 41*(3), 430-454. <https://doi.org/10.1177/0093650212453600>.
- BREWER, P. R., Young, D. G., & Morreale, M. (2013). The impact of real news about “fake news”: Intertextual processes and political satire. *International Journal of Public Opinion Research, 25*(3), 323-343. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edt015>
- BROERSMA, M. & Graham T. (2012). Social media as beat. *Journalism Practice, 6*(3), 403-419.
- BURGH, H. W. (2003). Skills are not enough: The case for journalism as an academic discipline. *Journalism, 4*(1), 95-112.
- CAREY, J. (1996). Where journalism education went wrong. Consultado em www.mtsu.edu/~masscomm/seig96/carey/carey.htm.
- CONROY, N. J., Rubin, V. L., & Chen, Y. (2015), Automatic deception detection: Methods for finding fake news. *Proceedings from the Annual Meeting of the Association for Information Science and Technology, 52*, 1-4.
- DE KEERSMAECKER, J., & Roets, A. (2017). ‘Fake news’: Incorrect but hard to correct. The role of cognitive ability on the impact of false information on social impressions. *Intelligence, 65*, 107-110.
- FERNANDES, L. (2007). *Da Universidade às redacções – Caminhos para um melhor ensino público de Jornalismo* (Dissertação de Mestrado) Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

- FIGUEIRA, A., & Oliveira, L. (2017). The current state of fake news: Challenges and opportunities. *Procedia Computer Science*, 121, 817-825.
- FLETCHER, R., Cornia, A. Graves, L., & Nielsen, R. K. (2018). *Measuring the reach of “fake news” and online disinformation in Europe*. Reuters Institute. Consultado em <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/measuring-reach-fake-news-and-online-disinformation-europe> a 22 de julho de 2018.
- GARCÍA, P. S. & Marinho, S. (2016). La formación digital en los programas de periodismo de España y Portugal. *Andamios – Revista de Investigación Social*, 13(31), 339-361.
- GARCÍA, P. S. & Marinho, S. (2015). La enseñanza universitaria encaminada a la especialización y al recorte de humanidades: Estudio de caso de la titulación de periodismo en España y Portugal. *RIESED – Revista Internacional de Estudios sobre Sistemas Educativos*, 4, 17-36.
- GOMIS, L. (1991). *Teoría del periodismo*. Barcelona: Paidós Comunicación.
- HAIGH, M., Haigh, T., & Kozak, N. I. (2018). Stopping fake news. *Journalism Studies*, 19(14), 2062-2087
- HAYES, A S., Singer, J. B., & Ceppos, J. (2007). Shifting roles, enduring values: The credible journalist in a digital age. *Journal of Mass Media Ethics*, 22(4), 262-279.
- INGRAM, B. & Cuklanz, L. (2016). The crisis in the humanities and its relevance to communication studies. *Anàlisi. Quaderns de Comunicació i Cultura*, 54, 96-108.
- JANG, S. M., Geng, T., Li, J. Y. Q., Xia, R., Huang, C. T., Kim, H., & Tang, J. (2018). A computational approach for examining the roots and spreading patterns of fake news: evolution tree analysis. *Computers in Human Behavior*, 84, 103-113.
- JANG, S. M & Kim, J. K. (2018). Third person effects of fake news: Fake news regulation and media literacy interventions. *Computers in Human Behavior*, 80, 295-302.
- LAZER, D., Baum, M. Grinberg, N., Friedland, L. Joseph, K., Hobbs, W., & Mattsson, C. (2017). *Combating fake news: an agenda for research and action. Final Report*. The Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy.
- LAZER, D. M. J., Baum, M., Benkler, Y., Greenhill, K., Menczer, F., Metzger, M., Nyhan, B., Pennycook, G. Rothschild, D., Schudson, M., Sloman, A. Sunstein, C., Thorson, E. Watts, D., & Zittrain, J. (2018). The science of fake news: Addressing fake news requires a multidisciplinary effort. *Science*, 359(6380), 1094-1096.

- LEE, J. (2015). The double-edged sword: The effects of journalists' social media activities on audience perceptions of journalists and their products. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 20, 312-329.
- LEWANDOWSKY, S., Ecker, U. K. H., & Cook, J. (2017). *Beyond misinformation: Understanding and coping with the "post-truth" era*. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 6, 353-369
- MARINHO, S. (2012). *Formação em jornalismo numa sociedade em mudança: Modelos, percepções e práticas na análise do caso português* (tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- MARINHO, S. (2015). *Jornalismo e formação em mudança: Modelos e construções na análise do caso português*. Braga: CECS.
- MIHAILIDIS, P. & Viotty, S. (2017). Spreadable spectacle in digital culture: Civic expression, fake news, and the role of media literacies in "post fact" society. *American Behavioral Scientist*. 61(4), 441-454.
- NEWMAN, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A, Levy, D., & Nielsen, R. K. (2018). *Reuters Institute Digital News Report 2018*. Reuters Institute for the Study of Journalism.
- PARISER, E. (2011). *The filter bubble: What the internet is hiding from you*. New York: Penguin Press.
- PEREIRA, S., Marinho, S., Portela, P., & Pinto, M. (2018). *Teaching audiences to journalism students: What do they learn?*. ECREA Journalism and Communication Education TWG, Trial and Error II Conference, Maio, Universidade do Minho, Portugal.
- RIEDEL, B. Augenstein, I. Spithourakis, G. & Riedel, S. (2017). *A simple but tough-to-beat baseline for the fake news challenge stance detection task*. CoRR, abs/1707.03264.
- ROGSTAD, I. D. (2014). Political news journalists in social media: Transforming political reporters into political pundits? *Journalism Practice*, 8(6), 688-703.
- SCHIFFERES, S., Newman, N., Thurman, N., Corney, D. Göker, A., & Martin, C. (2014). Identifying and verifying news through social media. *Digital Journalism*, 2(3), 406-418.
- SHAO, C., Ciampaglia, G., Varol, O., Flammini, A., & Menczer, F. (2017). *The spread of fake news by social bots*. CoRR, abs/1707.07592.
- SHAPIRO, I., Colette, B., Bédard-Brûlé, I. & Mychajlowycz, K. (2013). Verification as a strategic ritual. *Journalism Practice*, 7(6), 657-673.

- Shin, J.Jian L., Driscoll K., & Bar F. (2018). The diffusion of misinformation on social media: Temporal pattern, message, and source. *Computers in Human Behavior*, 83, 278-287.
- SHU, K., Sliva. A., Wang, S., Tang, J., & Liu, H. (2017). Fake news detection on social media: A data mining perspective. CoRR, abs/1708.01967.
- TACCHINI, E., Ballarin, G., Vedova, M. L., Moret, S., & Alfaro, L. D. (2017). Some like it hoax: Automated fake news detection in social networks. CoRR, abs/1704.07506.
- VARGO, C. J, Guo, L. & Amazeen, A. (2018). The agenda setting power of fake news: A big data analysis of the online media landscape form 2014 to 2016. *New Media & Society*, 20(5), 2028-2049
- VERSTRAETE, M., Bambauer, D. E. & Bambauer, J. R. (2017). Identifying and countering fake news. *Arizona Legal Studies Discussion Paper*,17(15).
- VOSOUGHI, S., Roy, D., & Aral, S. (2018). The spread of true and false news online. *Science*, 359, 1146–1151.
- WANG, W. Y. (2017). “Liar, liar pants on fire”: A new benchmark dataset for fake news detection. *Proceedings of the 55th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics*, 2, 422-426
- WARDLE, C. & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder. Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Strasbourg: Council of Europe.